

Apresentação..... 2

Capítulo I - Introdução

- **Seção I - Histórico**
 - Os primeiros 8 anos da AEE, desde sua fundação em 1973 – Conselho do Comandante... 3
 - 3 de outubro de 1981 – Conselho Consultivo..... 3
 - 1985 – O Conselho Menor..... 4
 - 16 de janeiro de 1988 – constituição do Conselho de Grupos Integrados..... 5
 - 1989 - Primeira tarefa importante do CGI..... 5
 - Visitas da Casa Conselheira: levar o Espírito de Aliança – do início mal.....
compreendido até a fase atual..... 5

Capítulo II – Formalização Estatutária e Estrutura do CGI

- **Seção I - Formalização Estatutária do Conselho de Grupos Integrados**
 - Composição..... 7
 - Mandato..... 7
 - Eleição 7
 - Processo e critérios de seleção dos Grupos Candidatos..... 7
 - Grupo Titular e Suplente..... 8

Capítulo III – Dos Conceitos, objetivos e responsabilidades

- **Seção I - Casa Conselheira e Casa Apoiada**
 - A Casa Conselheira..... 9
 - A Casa Apoiada ou Visitada..... 9
 - A Casa Conselheira é também Apoiada e Visitada..... 10
- **Seção II - O Papel do representante titular e suplente da Casa Conselheira**
 - Funções do representante da Casa Conselheira 11
 - Responsabilidades da Casa Conselheira 11
 - Requisitos para o representante da Casa Conselheira..... 12
 - Características importantes do representante da Casa Conselheira..... 12
 - Os contatos e visitas do representante da Casa Conselheira aos Grupos..... 13
 - Realizando, Refazendo Caminhos e Revendo Posturas..... 13
 - O Coordenador Regional e o Conselheiro..... 13
- **Seção III - Orientações Práticas sobre o Contato com a Casa Apoiada**
 - Primeiro Passo – Apresentação..... 14
 - A Visita..... 15
 - Após a Visita..... 16
 -
- **Seção IV – Funções do Coordenador Regional..... 18**
- **Seção V – O Diretor Geral da Aliança..... 19**

-Capítulo IV – Relatórios

- Seção I - Relatórios da Casa Conselheira..... 20
- Anexo nº 1 – Modelo de Relatório de Visitas..... 21
- Anexo nº 2 – Relatório do Conselho de Grupos Integrados..... 24

O modelo de trabalho da Aliança é diferente. Ao valorizar o auxílio mútuo entre grupos, a atuação em equipe e a descentralização, nossa estrutura reflete muito mais uma escala de valores humanos do que um modo de organização.

O combate ao personalismo, grande inimigo da atividade de voluntariado em geral, e no campo religioso em particular, é mais intenso quando a estrutura privilegia o trabalho em grupo.

Na noite de 4 de dezembro de 1973, dirigentes de seis Centros Espíritas de São Paulo procuraram Edgard Armond solicitando uma orientação para atuar com os programas definidos pelo Plano Espiritual, na década de 1950. Dele, ouviram a proposta de elaborar um programa de auxílio mútuo: equipes de expositores, dirigentes e trabalhadores compartilhariam de uma agenda comum, para fazer, juntos, o que isoladamente não teriam condições de fazer. Estava fundada a Aliança Espírita Evangélica.

Rapidamente, dezenas de outros Centros perceberam que é proveitoso unir forças. A Aliança cresceu, descobrindo novos potenciais e novas frentes de trabalho. Para conservar coerência entre esse crescimento e as propostas do Plano Espiritual, prosseguimos combatendo tendências personalistas e elaboramos frentes de trabalho com mais facilidades à participação de todos.

Com 15 anos de vida, a Aliança se descentralizou e regionalizou. O conceito de Regional da Aliança é muito semelhante ao que motivou a criação da Aliança: grupos que se unem para fazer juntos tudo aquilo que seria difícil fazer isoladamente.

A partir de 1988, com a descentralização, um novo ciclo de expansão ocorreu, novas lideranças surgiram, a Aliança passou a ser dirigida por um conselho de 15 Casas e os Centros passaram a ter uma vida mais ativa em nosso movimento porque passaram a trabalhar em conjunto com as demais casas de suas regionais.

Desde o ano 2000, os coordenadores regionais também passaram a atuar em grupo. Constituíram as equipes de coordenação regional, com responsáveis por diversas áreas (mocidade, evangelização infantil, cursos e reciclagens, divulgação, de acordo com suas necessidades). E vimos mais um impulso de participação e criatividade em novas frentes de trabalho.

Aproximadamente na mesma época o Conselho de Grupos Integrados passou a atuar em apoio mais intenso às casas da Aliança. E para fazer isso com maior efetividade, cada casa conselheira precisou organizar uma equipe de apoio, para que o trabalho não ficasse centralizado numa única pessoa. E no âmbito das reuniões do CGI, grupos de trabalho passaram a ser constituídos para estudar os assuntos relativos à condução do nosso movimento.

O momento atual é de atividade intensa. O CGI possui diversas frentes de atuação e as regionais estão fortalecendo suas equipes de trabalho. Tudo indica que os modelos de trabalho evoluem quanto mais se distanciam do individual e se focalizam na atuação em equipe. Mas isso não é uma descoberta, não é uma novidade. Desde a criação da Aliança, escolhemos como lema uma frase que reflete isso: Confraternizar para melhor servir. O que está ficando cada vez mais claro é que o trabalho em equipe é um caminho seguro para exercitar fraternidade.

Capítulo I - Introdução

Seção I – Histórico

1. Os primeiros 8 anos da AEE, desde sua fundação em 1973 – Conselho do Comandante

Nos primeiros seis anos de vida, a AEE foi conduzida de maneira mais centralizada. O Comandante Edgard Armond estava encarnado. Naturalmente a diretoria da AEE o consultava com frequência sobre as diretrizes do movimento.

Havia uma idéia muito clara de que a Aliança era um Programa e por se basear no êxito Espiritual da Escola de Aprendizes do Evangelho, ela já tinha um formato em condições de reproduzir esse Programa para várias casas, grandes ou pequenas, perto ou longe.

Isso direcionou o movimento de Aliança e qualquer dúvida na hora de adaptar esses programas, tanto na Escola de Aprendizes como no Curso de Médiuns ou na Assistência Espiritual; na hora de adaptar as situações diferentes, como um grupo muito pequeno, um grupo com poucas condições, sem expositores – ou seja, naquelas situações que a AEE enfrentou na sua expansão – o Conselho do Comandante era fundamental.

No final da década de 70, a Aliança estava expandindo-se bastante, chegando a cerca de 60 grupos. Havia a necessidade de dirigir a Aliança de tal maneira que o próprio grupo pudesse colocar a sua experiência, ou seja, tomasse as decisões de maneira mais colegiada.

Nessa época já se reuniam seis anos de experiência da AEE, já era possível escrever um programa na forma de um manual que pudesse ser empregado por uma casa distante.

O primeiro passo fundamental para isso aconteceu em 1979 com a publicação do “Vivência do Espiritismo Religioso”.

Dois anos depois se percebeu que os grupos deviam se organizar para pelo menos em assembléia aprovar mudanças e analisar os projetos. Então, em 1981 surge a idéia do Conselho.

2. 3 de outubro de 1981 – Conselho Consultivo

Com a finalidade de prestar assessoria à Diretoria da Aliança, opinando sobre assunto de grande importância, e proporcionar maior entrosamento entre os Grupos foi constituído um Conselho Consultivo.

Esse Conselho, apesar de não ter caráter oficial, era representativo pelo fato de ser formado pelos Grupos Integrados do Estado de São Paulo, que não época significavam 75% do total dos G.Is.

Eram três reuniões ordinárias por ano, aos sábados, às 15 horas em São Paulo, com a presença obrigatória dos Grupos Integrados sediados no Estado De São Paulo, e facultativa para os Grupos Inscritos e demais grupos.

Os GIs nomeavam dois representantes para integrar o Conselho e um substituto.

As decisões decorrentes eram referendadas pela primeira AGI.

O Conselho Consultivo foi criado por vontade dos Grupos, mas não era regulamentado em Estatuto. De certo modo, o fato do Conselho ser informal não tirava a sua autoridade e dava a ele uma certa flexibilidade.

3. 1985 – O Conselho Menor

Como a Aliança estava se espalhando muito, algumas decisões mais rápidas e mais freqüentes precisavam ser organizadas por aquilo que se chamou informalmente por Conselho Menor, em 1985, com os grupos da capital e do interior do Estado, que estavam mais próximos daqui.

Quando precisava tomar uma decisão, ouvindo várias pessoas, mas não se justificava mobilizar o pessoal muito distante, convocava-se o Conselho Menor.

Eram estruturas informais, mas nem por isso menos válidas, porque era assim que a Aliança funcionava. As pessoas eram ouvidas e se reuniam para tomar uma decisão.

Concluindo, tendo em vista agilizar os processos decisórios no âmbito da Aliança, em que continuassem valendo os critérios de representatividade dos grupos integrados, foi criado o Conselho Menor.

Os componentes deste Conselho eram eleitos pelos grupos integrados e era composto da seguinte forma:

- a) 10 representantes dos grupos da Grande São Paulo;
- b) 06 representantes dos grupos do interior;
- c) diretores.

O Conselho Menor reunia-se sempre que convocado com uma antecedência mínima de 10 dias.

Quando a importância do assunto justificava, a decisão do Conselho Menor era referendada posteriormente pelo Conselho Consultivo.

De qualquer maneira permanecia uma forma presidencialista de pensar que faz parte da nossa cultura. Então, a diretoria acabava concentrando as decisões principais. O fato marcante para mudar isto foi em 1988 quando mudou-se o Estatuto e aí ficou consignado em papel, por lei, por direito que a direção da Aliança competia ao Conselho.

O Estatuto foi alterado em novembro de 2003 para adaptação ao Novo Código Civil, passando o poder decisório para a Assembléia de Grupos Integrados, cabendo ao Conselho de Grupos Integrados a discussão e encaminhamento de propostas para decisão da AGI.

4. 16 de janeiro de 1988 – constituição do CGI

Em 16 de janeiro de 1988 a Assembléia dos Grupos Integrados da Aliança aprovou o Estatuto estabelecendo a constituição do Conselho de Grupos integrados.

Com o novo Estatuto se definiu uma Aliança de dois modos: uma Aliança que é dirigida de maneira colegiada e uma Aliança que funciona de maneira descentralizada. As duas coisas são complementares. As decisões são tomadas por grupos e não por pessoas. Por um conjunto de grupos e não por um pequeno grupo de pessoas que seria a diretoria executiva.

Assim, o Conselho assumia a função conduzir e analisar os programas, analisar o movimento, propor soluções para as questões que surjam.

Porém, não foi fácil mudar esta cultura arraigada. Daí, surgiu a pergunta: como é que se faz isso? Ninguém sabia. Então, o jeito foi partir para a prática. Foram implantadas reuniões do Conselho no Calendário da AEE – elas aconteciam semestralmente, depois passaram a acontecer a cada quatro meses e agora são trimestrais.

5. 1989 – Primeira tarefa importante do CGI

A primeira grande mudança no Programa da EAE foi referendada em 1989.

Mas, de certo modo, as questões eram ainda muito encabeçadas pela diretoria. Não dá para mudar um jeito de pensar de uma hora para outra. Depois que o novo programa da EAE em 1988/1989 foi aprovado, as reuniões do Conselho continuaram, mas dentro daquele espírito de que o Conselho estava sendo conduzido pela diretoria. E, isso não condizia com o objetivo da AEE.

Ainda hoje encontramos resquícios dessa forma de pensar. Ainda esperamos que alguém decida alguma coisa. Principalmente nas questões mais complexas. Ainda esperamos que alguém da diretoria se pronuncie e traga a solução.

6. Visitas da Casa Conselheira: levar o Espírito de Aliança - do início mal compreendido até a fase atual.

Desde a Reunião Geral da Aliança de dezembro de 1989, o Conselho começou a sortear visitas pelos grupos. Cada Casa Conselheira recebia em torno de seis grupos a serem visitados durante o ano seguinte. A diretoria também assumia algumas visitas.

Nas reuniões do Conselho era sempre lembrado que a finalidade da visita tinha a finalidade de a pessoa se colocar a disposição para falar do programa e dos conceitos da Aliança.

Desde o começo o objetivo era que a Casa Conselheira se colocasse à disposição do grupo para ajudá-lo em todas as suas dúvidas conceituais. Mas, durante muito tempo as visitas foram mal compreendidas por alguns conselheiros e por quase todos os grupos.

O representante da Casa Conselheira era convidado a dar aulas, fazer palestra, visitar a sede nova, etc. Aquela visita não era compreendida como uma oportunidade para fazer crescer no coração das pessoas o ideal de Aliança. E, de certo modo o encontro entre o “conselheiro” e a casa apoiada passou a não ser levado muito a sério.

As reuniões de diretoria que eram realizadas nas Regionais com o intuito de tratar de assuntos administrativos, que continuava sendo função da diretoria, acabavam tendo que preencher essa lacuna e tratando dos conceitos de Aliança .

Conta-nos Eduardo Miyashiro que o caso mais crítico foi em junho ou julho de 1999, quando foram ao Vale do São Francisco. Que ainda não era uma regional mas estava pleiteando ser:

“O pessoal de lá relatou que fazia muitos anos que tinham recebido uma visita e que naquele encontro discutiram se podiam mexer cadeiras dentro da Sala de Passes. Uma coisa bastante fora de propósito”.

Segundo o Eduardo, ele e o Luiz Pizarro voltaram bastante preocupados. Tanto pelo fato de que grupos com seis anos de existência não tinham recebido nenhuma visita quanto pelo conteúdo da única visita realizada a um dos grupos. Nesse período todo ninguém havia falado sobre os conceitos da Aliança.

“Então nós convocamos uma Reunião Extraordinária do Conselho.

Nessa reunião extraordinária, as pessoas ouviram o relato, compreenderam a importância da questão e começaram a se preocupar”.

E, a partir desse ano de 1999, o trabalho de visitas começou a ser encarado de uma outra maneira. O Conselheiro tinha que se esforçar por estar presente. Primeiro, ele não podia deixar de cumprir essa visita. E, segundo, essa visita não podia deixar de ter conteúdo. Essa visita tinha que versar sobre o conceito de Aliança. Tinha que oferecer e colocar o Conselheiro a disposição para que a Casa tivesse ali uma pessoa em quem se apoiar para melhorar o modo de entender e vivenciar o conceito de Aliança.

Capítulo II – Formalização Estatutária e Estrutura do CGI

Seção I – Formalização Estatutária do Conselho de Grupos Integrados

1. Aprovação do Estatuto de 16.01.1988 – adaptado ao Novo Código Civil em 15 de Novembro de 2003.

A Assembléia Geral dos Grupos Integrados da Aliança Espírita Evangélica, realizada no dia 15 de novembro de 2003, às 15:00 h , a Rua Francisca Miquelina, 259, aprovou o Estatuto Social, que está em vigor, e que estabelece que:

A Aliança Espírita Evangélica funcionará sob a coordenação de um Conselho de Grupos Integrados (CGI), com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleito.

2. Composição

Representantes de 15 (quinze) Grupos Integrados

Coordenadores das Regionais da Aliança

Diretor Geral e seu Quadro Administrativo

3. Mandato

Mandato de 3 (três anos), podendo ser reeleito.

4. Eleição

A Assembléia Geral de Grupos Integrados (AGI) elegerá os Grupos Integrados que comporão o CGI.

Os Grupos Integrados eleitos indicarão o nome de um titular e um suplente para compor o CGI.

5. Processo e critérios de seleção dos Grupos candidatos

O Coordenador da Regional selecionará os Grupos, elaborando uma relação que será entregue à Diretoria para constar nas cédulas de votação, depois que a Casa aceita o convite para se candidatar.

O Coordenador estabelece os seguintes critérios para avaliar e selecionar os Grupos candidatos:

- a. Somente podem se candidatar os Grupos Integrados.
- b. Deverão ser participantes ativas em todos os trabalhos da sua Regional, reuniões regionais, setoriais, reciclagens, encontros, cursos, etc.

6. Grupo Titular e Suplente

O Estatuto da Aliança define que 15 Grupos Integrados comporão o Conselho de Grupos Integrados. Assim, os 15 mais votados serão titulares, os outros suplentes.

Durante o mandato de três anos, a Casa Titular que não enviar um representante à Reunião do CGI será imediatamente substituída pela Suplente que estiver em primeiro lugar na ordem de votação e passará para o último lugar dos suplentes.

Independentemente de ser titular ou suplente todos os Grupos têm obrigações semelhantes, tais como: participar das reuniões e apoiar as casas a eles confiadas. O Grupo suplente só não tem direito a voto nas reuniões do CGI.

Capítulo III - Conceitos, objetivos e responsabilidades

Seção I – Casa Conselheira e Casa Apoiada

1. A Casa Conselheira

- a) Em primeiro lugar designa o representante titular e o suplente, informando os dados de cada um à Secretaria da Aliança. Para esse processo de escolha é importante ver o capítulo “Características principais do Conselheiro”.
- b) A partir daí, a Casa deve dar todo o apoio às atividades de Conselheiro do seu representante titular e suplente.
- c) É de bastante importância que a Casa informe aos seus trabalhadores que é uma casa conselheira e o que isso significa, fazendo com que todos os trabalhadores compreendam a necessidade desse trabalho e do apoio de todos.
- d) Deve manter-se informada sobre as atividades exercidas pelos seus representantes, e das reuniões agendadas.

Várias são as razões para que a Casa Conselheira participe e apóie esse trabalho dos seus representantes, entre elas destacamos:

d.1. A **Casa é a Conselheira** e nomeia os seus representantes titular e suplente. Portanto, é importante ressaltar que a Casa é eleita e assume responsabilidades e adquire direitos, respondendo e sofrendo as conseqüências dos atos de seus representantes.

d.2 No caso de o representante titular e nem o suplente poderem comparecer à uma reunião do CGI, a Casa poder enviar outra pessoa.

Lembramos que durante o mandato de três anos, a Casa Titular que não enviar um representante à Reunião do CGI será imediatamente substituída pela Suplente que estiver em primeiro lugar na ordem de votação e passará para o último lugar de suplente.

d.3 O objetivo maior de todo esse trabalho é a interação de todos no movimento e para que isso se torne uma realidade é de fundamental importância que essas atividades e movimentação de visitas e discussões dos temas da Aliança envolva a todos e não somente uma ou duas pessoas.

- e) Manter constante preocupação em vivenciar o programa da AEE.

2. A Casa Apoiada ou Visitada

- a) Deve estar aberta para receber o Conselheiro e confiante em compartilhar vitórias e dificuldades.
- b) Informar aos trabalhadores da casa quem é a Casa Conselheira e o seu representante, qual é o papel da Casa Conselheira. Comentar sobre os contatos do Conselheiro.
- c) Convidar alguns trabalhadores e membros da diretoria a participar do encontro que for agendado com a Casa Conselheira.
- d) Divulgar para os trabalhadores os assuntos tratados nas reuniões do CGI.
- e) Avaliar e opinar sobre os assuntos que serão tratados na próxima reunião do CGI.

Observação: A integração e interação somente são possíveis com a predisposição das duas partes. Por isso, é importante que também as Casas Apoiadas contatem o seu Conselheiro.

3. A Casa Conselheira é também Apoiada ou Visitada

Não se confunde o papel do representante da Casa Conselheira com o fato de esta casa também ser apoiada por um outro G.I.

Os dois Grupos enriquecem-se mutuamente neste encontro, pois são grupos com experiências diferentes. E, como afirma Eduardo Miyashiro: “Não tem casa tão grande e desenvolvida que não possa aprender e não tem casa tão pequena e pouco desenvolvida que não possa ajudar”.

Alguém que vem de fora talvez até ajude a enxergar melhor um problema que a pessoa imersa no problema não consegue enxergar.

Capítulo III - Conceitos, objetivos e Responsabilidades

Seção II – O papel da Casa Conselheira

1. Funções da Casa Conselheira

- a) A Casa Conselheira no CGI: através do(s) seu(s) representante(s) conduzir e analisar os programas, analisar o movimento, propor soluções para as questões que surjam. Participar ativamente dos grupos que são formados dentro do CGI, para um assunto específico.
- b) Perante os Grupos que apóia: estar presente junto aos Grupos, levando o “Espírito de Aliança” e colocando-se à disposição para que a Casa encontre apoio para melhorar o modo de entender e vivenciar o conceito de Aliança. A Casa Conselheira, através de seus representantes, gera do processo de integração na Aliança.

2. Responsabilidades do Conselheiro

- a) representar os G.As. “tutelados” nas reuniões do CGI trazendo opiniões e sugestões desses Grupos para que dessa forma realmente as decisões e caminhos tomados sejam um consenso ou no mínimo represente a opinião da maioria das Casas.
- b) manter registrada a Ata da reunião no Caderno de Atas do CGI da Casa Conselheira (ver capítulo IV – Relatórios da Casa Conselheira) ;
- c) representar a Aliança Espírita perante os Grupos, promovendo a integração de ideais e conceitos;
- d) analisar as questões e propor soluções ou mudanças, sempre com uma postura ativa e propositiva;
- e) manter o contato constante com os Grupos - das várias maneiras possíveis – telefone, e-mail, visitas. É importante que haja pelo menos uma visita ao ano a cada Grupo. Quanto aos contatos telefônicos, por e-mail ou correios, estes devem ser constantes.

3. Requisitos para os representantes da Casa Conselheira

- a) Conhecer plena e profundamente os objetivos e programa da Aliança, seus conceitos básicos, sua estrutura de Organização, as funções da Diretoria, do Conselho, dos Coordenadores

Regionais, e mesmo assim quando assumir o cargo, rever tudo isso, para eliminar qualquer dúvida.

- b) Conhecer o processo de ingresso na FDJ, os trabalhos das diretorias de Mocidade e da Evangelização Infantil, a organização das reciclagens, reuniões e cursos da sua Regional e Setorial. Mesmo que não participe desses trabalhos, é necessário que saiba como funcionam;
- c) Ter sincera e honestamente elegido os postulados da Aliança Espírita Evangélica e das suas Escolas de Aprendizes do Evangelho como base da sua caminhada nesta sua atual reencarnação.
- d) Ser trabalhador atuante da Casa Conselheira.

4. Características importantes dos representantes da Casa Conselheira

- a) Estar permanentemente no Caminho da Reforma Íntima para o melhor e para o maior Bem de toda a Humanidade.
- b) Ser pacificador. Atuar como fonte de confraternização, aperfeiçoamento, progresso, evangelização, espiritualização e iluminação divina de todos e para todos. “Vós sois o sal da terra, vós sois a luz do Mundo”.
- c) Ser humilde, sentindo-se e colocando-se como eterno aprendiz.
- d) Ser amigo e companheiro, valorizando as vibrações de amor fraterno e as atitudes de apoio.
- e) Primar por uma postura sensata e de equilíbrio, procurando sempre vivenciar a fé raciocinada.
- f) Ser dinâmico e participante ativo tanto na Casa onde trabalha, como nas atividades da sua Regional, participando das reuniões regionais, setoriais, reciclagens, cursos.

5. Os contatos e visitas do representante da Casa Conselheira aos Grupos Apoiados

- a) A Casa Conselheira, através de seus representantes, tem que se fazer presente.
- b) É imprescindível que os representantes da Casa Conselheira se coloquem à disposição do Grupo visitado para ajudá-lo em todas as suas dúvidas conceituais sobre o Programa e os objetivos da

Aliança. O objetivo é o de que haja integração e conagração de idéias e ideais. É o de que a Casa encontre no “Conselheiro” uma pessoa em quem se apoiar para melhorar o modo de entender e vivenciar o conceito de Aliança.

- c) A visita deve ser compreendida como um encontro para crescer no coração das pessoas o ideal de Aliança. A visita tem que ter conteúdo e versar sobre o conceito de Aliança.

Observação: A integração e interação somente são possíveis em uma via de duas mãos. Por isso, é importante que também as Casas Apoiadas contatem o seu Conselheiro.

6. Realizando, refazendo caminhos e revendo posturas

Muitas casas vêem o representante da Casa Conselheira como alguém com intenções de ingerência nos trabalhos da casa e na sua administração.

Representantes críticos e autoritários são pivôs de experiências negativas.

É possível mudar esse quadro através da realização de um trabalho de promoção da fraternidade, apoio e companheirismo.

7. O Coordenador Regional e o Conselheiro

A função da Regional é conduzir o Calendário de atividades da Aliança e se esforçar para que os grupos possam ter acesso a essas atividades. O Coordenador Regional está integrando as casas nas atividades da Aliança.

O representante da Casa Conselheira apóia e orienta o Grupo quanto ao aspecto conceitual do Programa da Aliança.

Portanto, as atividades e funções do Coordenador Regional e do Conselheiro estão bem definidas e não devem colidir em nenhum momento. Pelo contrário, se complementam para que todos os Grupos se integrem e efetivamente vivam em Aliança.

Capítulo III - Conceitos, objetivos e Responsabilidades

Seção III – Orientações Práticas sobre o Contato com a Casa Apoiada

1. Primeiro Passo - Apresentação

- a) O representante titular da Casa Conselheira deve enviar uma carta à cada uma das casas apoiadas se apresentando e apresentando a casa que ele representa, qual a tarefa que ele se propõe a executar, e fazendo um pequeno relato sobre a função e responsabilidades da Casa Conselheira.
- b) Aguardar em torno de 15 dias, tempo suficiente para as casas receberem as cartas, para entrar em contato telefônico. Em primeiro lugar, confirmar o recebimento da carta, e depois, explicar mais detalhadamente a função da casa conselheira (insistir sempre nisso, que a casa é que é a conselheira). Nessa conversa, já se colocar à disposição para fornecer esclarecimentos sobre a AEE e sobre outras dúvidas que a casa tenha. Fornecer seu telefone, horários disponíveis e e-mail. Sugerir que a pessoa comente com os trabalhadores da casa esse contato e agendar um novo telefonema para aproximadamente um mês depois, que seria o tempo dos outros trabalhadores serem informados do seu telefonema.
- c) Após o telefonema, se a casa não tiver recebido sua carta, enviar novamente (mesmo depois de já ter telefonado).
- d) A partir disso já é possível fazer um breve relatório, do resultado do telefonema e das suas expectativas. Se nesse primeiro contato já tiver acontecido alguma solicitação, anotar no relatório, e procurar atender à solicitação. Veja o item relatórios da Casa Conselheira.
- e) No segundo telefonema, verificar se houve uma comunicação aos trabalhadores da casa sobre o papel da Casa conselheira, estreitar mais os laços com a casa, e se possível agendar uma visita, ou pelo menos verificar quais seriam as datas em que a casa poderia receber uma visita. Informar sobre o caráter da visita e procurar saber quais seriam os assuntos ou necessidades que a casa gostaria de conversar na visita.
- f) Se não houver mais retorno da Casa, ou se o representante da Casa Conselheira encontrar dificuldade em entrar em contato, deve insistir, e se a negativa persistir, deve fazer um relatório de visitas relatando suas dificuldades.

- g) Manter contato telefônico com a casa a cada três meses, no mínimo, mantendo-a informada dos assuntos das reuniões do CGI. Se houver algum assunto que necessite de votação, procurar obter a opinião da casa sobre esse assunto. (Por exemplo, no caso da mudança dos programas de EAE, é importante que o conselheiro informe e esclareça a casa sobre a proposta de mudança e obtenha desta a sua opinião quanto à essa mudança. Outro exemplo, a mudança da RGA para o Carnaval: é importante obter a opinião de consenso para a mudança).
- h) Além dos contatos telefônicos, efetuar pelo menos uma visita por ano a cada casa designada.

2. A visita

- a) A Casa Conselheira e a Casa Visitada podem já ter estabelecido, quando dos contatos telefônicos que antecederam a visita, quais assuntos gostariam de tratar. Isso não impede que outros assuntos sejam abordados.
- b) A visita deve ser efetuada em dia e horário em que haja possibilidade, de reunir um grupo de trabalhadores, ou pelo menos a Diretoria da Casa, para a troca de idéias. Não marcar visita num dia em que todos estejam envolvidos em trabalhos da casa, a não ser, é claro, quando haja vários ambientes, e o grupo possa se reunir em outro espaço.
- c) Informar ao Grupo os assuntos tratados na reunião do CGI. Verificar a opinião da casa sobre esses assuntos. Informar que a reunião do conselho é aberta e o grupo pode participar se quiser. Se houver algum assunto que será objeto de votação na próxima CGI, anotar criteriosamente a opinião do Grupo, para que a votação reflita a opinião dos grupos visitados.
- d) Se houver algum assunto que seja motivo de votação na próxima AGI, informar se o grupo participará da votação, e explicar detalhadamente o assunto, para que o representante esteja em condições de votar na AGI, se for um Grupo Integrado.
- e) Se inteirar da história da Casa. Toda casa sempre tem várias histórias de trabalhos bem realizados, vários exemplos de dedicação esforço, que sempre valem a pena serem lembrados, tanto para os próprios trabalhadores, como para serem transcritos no Trevo, constituindo-se em exemplos para outras casas. Mesmo as casas que, no momento, estejam enfrentando dificuldades, sempre tem vários casos exemplares de dedicação.

- f) Procurar conhecer os trabalhos da casa. Mesmo que essa não seja a finalidade principal, é importante que a casa sinta que a Casa Conselheira se interessa pela casa. Além disso, muitas vezes os trabalhos sociais realizados podem servir de exemplos para outras casas.
- g) Tirar fotos, sempre que possível.

Observações:

1. Muitas vezes o representante da Casa Conselheira é solicitado para dar alguma aula, ou palestra. A finalidade da visita não é essa. Mesmo assim, ele pode atender a um eventual convite da Casa, desde que o evento aconteça em horário diferente do da visita.
2. Durante a visita, podem ser tratados vários assuntos que não são da alçada da Casa Conselheira, mas sim do Coordenador da Regional. Nesse caso o Conselheiro deve orientar a casa a procurar o Coordenador da sua Regional, se prontificando ele também a entrar em contato com o Coordenador Regional. Veja o item, atividades da alçada do Conselheiro, e atividades da alçada do Coordenador Regional.
3. A visita do(s) representante(s) da Casa Conselheira jamais pode se constituir numa fiscalização, mesmo que o grupo esteja fazendo trabalhos de forma “incorreta”, na opinião destes representantes. A visita deverá ser fraterna, o grupo deve sentir que a Casa Conselheira está ali para ajudá-lo no que puder.

3. Após a visita

- a) Logo após a visita, fazer o relatório, que será sempre utilizado durante o período em que estiver atendendo ao grupo. Veja o Capítulo IV - Relatórios da Casa Conselheira.
- b) Fazer um breve relato da visita para ser encaminhado ao Trevo juntamente com as fotos tiradas. Se possível envie várias fotos, a equipe do Trevo se encarregará de selecioná-las. O relato deve conter os assuntos tratados na visita, as pessoas presentes, etc .As realizações positivas da casa devem ser sempre mencionadas, para estímulos a todos os leitores.
- c) Se houver solicitações da Casa, entrar em contato com o Coordenador da Regional, e informá-lo sobre as necessidades da Casa. Se a regional

não puder atender, (um curso que a regional não tenha, por exemplo), o conselheiro pode providenciar, mas sempre em concordância com o Coordenador da Regional da Casa visitada, e também com a concordância do Coordenador da Regional do próprio conselheiro.

- d)** Mesmo que não haja nenhuma solicitação, se o conselheiro achar necessário poderá entrar em contato com o Coordenador da Regional da Casa, e informá-lo da visita efetuada, relatar sua impressão ou dar sugestões, se achar conveniente. Sempre no sentido do apoio à casa ou à Coordenação Regional. Jamais efetuar qualquer crítica “gratuita”.
- e)** Se o representante da Casa Conselheira notar procedimentos totalmente fora do programa, ou dos conceitos da Aliança, ele deve:
- Ter sensibilidade para perceber a história da Casa e as suas necessidades de adaptação, especialmente no caso de esta Casa estar vindo de outro segmento da doutrina Espírita. Verificar como será possível apoiá-los para que possam sanar as dificuldades e fazer as adaptações necessárias para o cumprimento do Programa da AEE.
 - Falar sobre o Programa e Conceitos da AEE.
 - Conversar com o Coordenador Regional para que a Regional participe desta adaptação, fornecendo os recursos necessários para tanto.

Observação: Se ainda assim, após tomar todas as providências acima, a Casa Apoiada não quiser realizar as adaptações ao Programa e Conceitos da Aliança por discordar desses Conceitos, o assunto deve ser levado para a reunião do CGI pelo representante da Casa Conselheira e Coordenador Regional, conjuntamente.

Capítulo III - Conceitos, objetivos e Responsabilidades

Seção IV – Funções do Coordenador Regional

O Estatuto da Aliança determina que:

Os G.I.s deverão formar regionais, para prestação de apoio mútuo e desenvolvimento do programa.

Cada regional, com um mínimo de 3 (três) G.I.s, elegerá um coordenador. Esse Coordenador participará do CGI.

A função das Regionais é conduzir o Calendário de atividades da Aliança e se esforçar para que os grupos possam ter acesso a essas atividades, responsabilizando-se por:

1. Todo o processo de Ingresso na F.D.J, desde o recolhimento e avaliação das cadernetas até a cerimônia de Ingresso.
2. Cursos de dirigentes, de E.A.E, de Mocidade, de Curso de Médiuns, de Assistência Espiritual, etc
3. Cursos de Expositor, entrevistadores, etc.
4. Reciclagens gerais, ou específicas.
5. Reuniões entre os grupos.
6. Implantação de novos programas, ou seja, quando a AGI determina a alteração de programas de escolas, é tarefa do Coordenador operacionalizar essas alterações ou implantações.
7. Atualizar anualmente a ficha cadastral de cada casa.
8. Analisar a situação de casa, se inscrita ou integrada, baseado no que está estabelecido no “Vivência”.
9. Auxiliar e estimular as casas quanto à participação na R.G.A.

Capítulo III - Conceitos, objetivos e Responsabilidades

Seção V – O Diretor Geral da Aliança

O Estatuto da Aliança determina que:

O CGI elege, dentre os membros da F.D.J., o Diretor Geral da Aliança, também com mandato de três anos.

E que:

Caberá ao Diretor Geral

- a) administrar a Editora Aliança;
- b) coordenar o ingresso na F.D.J.;
- c) editar e administrar o Jornal "O Trevo";
- d) divulgar as decisões da Assembléia de Grupos Integrados;
- e) formar seu quadro administrativo;
- f) representar a Aliança Espírita Evangélica em juízo ou fora dele;
- g) convocar o CGI;
- h) convocar a A.G.I;
- i) Nomear, dentre os elementos do seu quadro administrativo, o Diretor Administrativo, que o substituirá em seus impedimentos.

Portanto, com o Estatuto de 1988, a diretoria deixou a função de dirigir, de conduzir e de analisar o princípio da AEE e passou a conduzir a Editora Aliança e "O Trevo" e a oferecer condições para a realização das reuniões do CGI, RGI e da Reunião Geral da Aliança Espírita.

Capítulo IV - Relatórios

Seção I – Relatórios da Casa Conselheira

É de responsabilidade da Casa Conselheira:

1. Após cada reunião do CGI

Registrar a Ata da Reunião no Caderno de Atas do CGI pertencente à Casa Conselheira e que fica em poder da Casa Conselheira.

Este caderno deve estar em ordem e atualizado para que possa ser consultado pelos trabalhadores da Casa Conselheira quando solicitado.

2. Após a visita

- Fazer um breve relato da visita para ser encaminhado ao Trevo juntamente com as fotos tiradas. Se possível, enviar várias fotos e a equipe do Trevo se encarregará de selecioná-las. O relato deve conter os assuntos tratados na visita, as pessoas presentes, etc. As realizações positivas da casa devem ser sempre mencionadas, para estímulos a todos os leitores.
- Preencher o Relatório de Visitas, na forma do modelo que constitui o anexo nº 1 deste capítulo. Este Relatório deve ser entregue à Secretaria da Aliança o mais rapidamente possível.

3. Trimestralmente

Preencher o Relatório do Conselho de Grupos Integrados, na forma do modelo que constitui o anexo nº 2 deste capítulo. Este Relatório deve ser entregue ao Secretário da Diretoria, por ocasião de cada reunião do CGI.

Capítulo IV - Relatórios

Anexo nº 1 – Modelo de Relatório de Visitas

aliança espírita evangélica

CONSELHO DE GRUPOS INTEGRADOS

Relatório de Visitas

(Avaliação/divulgação para *O Trevo* – contribuições à edição = dia 5 de cada mês)

Conselheiro:

Data da Visita:

Grupo Visitado:

Regional:

Presentes à Reunião: pelo Grupo Visitado = _____ Visitantes = _____

Duração da reunião:

Assuntos tratados (apenas o título):

a)

b)

c)

d)

f)

g)

i)

j)

Por favor, descreva estes assuntos com mais detalhes em folha(s) à parte, identificando-as pelas letras das linhas acima. Se houver fotos, não esqueça de anexar algumas publicação em *O Trevo*.

Avaliação da Visita

1) Os presentes conheciam previamente a finalidade da visita? () Sim () Não

2) Quantas visitas de conselheiros o Grupo recebeu nos últimos 5 anos?

3) Os assuntos tratados foram:

- () previamente solicitados/sugeridos pelo Grupo visitado
- () previamente sugeridos pelo conselheiro (antes da visita)
- () surgiram espontaneamente durante a reunião

4) O Grupo viveu alguma experiência importante cuja divulgação pode ser útil para outros Grupos? () Sim () Não.

Em caso afirmativo, descreva-a:

.....
.....
.....
.....

5) O Grupo está atravessando alguma dificuldade? () Sim () Não.

Em caso afirmativo, descreva-a:

.....
.....
.....
.....

6) Em sua opinião o Grupo visitado está atuando em conformidade com o programa da Aliança? () Sim () Não. Em caso negativo, dê suas sugestões para ajudá-lo.

.....
.....

7) Houve problemas para preparar a visita (agenda, disponibilidade, atualização de nomes e telefones etc.)? () Sim () Não. Em caso afirmativo, descreva-os:

.....
.....

8) Em um conceito de 0 a 10, avalie o aproveitamento da visita, comparando o potencial esperado antes da reunião com o resultado verificando após a reunião:

9) Caso a visita não tenha sido efetuada, descreva, em linhas gerais, os motivos para a não realização da visita e dê sugestões para o caso.

.....
.....

Espaço para comentários contendo sua avaliação geral:

Espaço para o detalhamento dos assuntos tratados:

(favor identificar cada item com as mesmas letras utilizadas no primeiro tópico – assuntos tratados).

Capítulo IV - Relatórios

Anexo nº 2 – Modelo do Relatório do Conselho de Grupos Integrados

RELATÓRIO DO CONSELHO DE GRUPOS INTEGRADOS DA ALIANÇA

CONSELHEIRO (nome do G.A):

Nomes dos representantes:

Relatório referente ao período: [] jan - mar [] abr – jun [] jul – set [] out – dez
Relatório entregue ao CGI em: ____/____/____

Trabalho realizado pelo conselheiro no período

Nome do GA / município apoiado	GI/GC	Nº visitas/reuniões realizada	Nº contatos		Nº correspondências	
			Efetuados	Recebidos	Enviadas	Recebidas

Avaliação qualitativa do trabalho de apoio (usar os conceitos: bom, regular, insuficiente):

Nome do GA/município apoiado	Esforço desenvolvido para estabelecer contato	Esforço desenvolvido para dar apoio solicitado pelo GA	Facilidade oferecida pelo GA para ser contatado	Disponibilidade do GA para intercâmbio e apoio	Nível de integração aos programas e atividades da Aliança

Resumo descritivo das atividades de apoio efetivamente realizadas no período:

Nome do GA/município apoiado	Tipo de evento (reunião, aula, palestra, reciclagem, outros)	Data / hora / duração	Nº de participantes	Nível de participação (bom, regular, insuficiente)	Assuntos abordados (só títulos; <u>para descrição, usar o verso do formulário</u>)
